

JUCESP
01 04 24



JUCESP PROTOCOLO
0.444.119/24-3



NYC SECURITIZADORA S.A.
(Em organização)

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024**

DATA, HORA E LOCAL: Aos dias 13 do mês de março do ano de 2024, às 10:00 horas, no local que servirá de sede social da **NYC SECURITIZADORA S.A.** ("Companhia"), na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Alameda Terracota, nº 185, Conj. 1014, sala B, Bairro Cerâmica, CEP 09531-190.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo §4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades Anônimas"), conforme alterada.

PRESEÇA: A totalidade dos Acionistas Fundadores da Companhia representando a totalidade dos subscritores do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas e Boletim de Subscrição, quais sejam:

i. **NYC BANK S/A**, sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Alameda Terracota, nº 185, Conj. 832, Bairro Cerâmica, CEP 09531-190, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.972.965/0001-96, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Jucesp") sob NIRE nº 35300573978 ("NYC BANK S/A"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente **ALAN MARCOS FRATTI** ("Alan"), brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº. 18.105.222 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº. 114.984.838-36, residente e domiciliado na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Rua São Jorge, nº 675, Apartamento 13, torre 1, Bairro Santo Antônio, CEP 09530-250; e,

ii. **NYC COBRANÇAS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Alameda Terracota, nº 185, Conj. 832, bairro Cerâmica, CEP 09531-190, inscrita no CNPJ sob nº 50.311.740/0001-17, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Jucesp") sob NIRE nº 35.261.125.868 ("NYC COBRANÇAS LTDA."), neste ato representada por seu representante legal Alan Marcos Fratti, acima qualificado,

COMPOSIÇÃO DA MESA: Iniciados os trabalhos, assumiu a presidência por aclamação dos presentes o **Sr. Alan Marcos Fratti**, que convidou a mim, **Sra. Melissa Camargo Navarro**, para secretariar a Assembleia, o que aceitei.

ORDEM DO DIA: 01) Constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do estatuto social; **02)** Subscrição e forma de

JUCESP - Santo André
180

(A.M)



integralização das ações; **03)** Eleição da diretoria e respectiva remuneração; **04)** Eleição do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES: O Presidente abriu os trabalhos e foram então tomadas as seguintes deliberações, sem quaisquer ressalvas, reservas ou oposição dos acionistas:

I) Após a leitura do estatuto social, integrante desta ata como seu **Anexo I**, este foi aprovado por unanimidade, e foi então declarada definitivamente constituída a **NYC SECURITIZADORA S.A.**, com sede na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Alameda Terracota, nº 185, Conj. 1014, sala B, Bairro Cerâmica, CEP 09531-190, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário.

II) **SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES:** O capital social será de 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo fixado o preço de emissão em R\$ 1,00 (um real) por ação. Os acionistas fundadores, acima nomeados e qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição, que integra a presente ata como seu **Anexo II**, restando estabelecido, que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: **a)** A acionista, **NYC BANK S/A** já qualificada, subscreve e integraliza, em moeda corrente nacional, 99.000 (noventa e nove mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal; e **b)** a acionista **NYC COBRANÇAS LTDA.**, já qualificada, subscreve e integraliza, em moeda corrente nacional, 1.000 (uma mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Os subscritores fundadores informam também a realização do depósito prévio de que trata os incisos II e III do art. 80 da Lei nº 6.404/76, o qual comprovou que havia sido integralizado em moeda corrente nacional, em dinheiro, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o que representa a integralização de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, sendo que comprovante deste depósito integra a presente ata como seu **Anexo III**.

III) **ELEIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA:** Por unanimidade foi eleita, para o período de 03 (três) anos, para compor a primeira diretoria estatutária da companhia o Sr. **ALAN MARCOS FRATTI** ("**Alan**"), brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº. 18.105.222 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº. 114.984.838-36, residente e domiciliado na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Rua São Jorge, nº 675, Apartamento 13, torre 1, Bairro Santo Antônio, CEP 09530-250, na qualidade de Diretor Presidente, tendo sido decidido, por unanimidade, que a sua remuneração ficará suspensa até a realização de Assembleia Geral posterior que delibere especialmente sobre este tema.

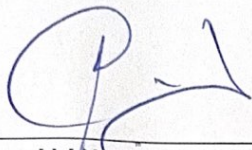
IV) **CONSELHO FISCAL:** Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o estatuto, assim o permitem.

JUCESP
01 04 24

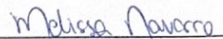
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a presente Companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi assinada eletronicamente por todos os acionistas e diretora ora eleita, aprovadas e impressas em 03 (três) vias de idêntico teor e forma.

São Caetano do Sul, 13 de março de 2024.

Mesa:



ALAN MARCOS FRATTI
Presidente



MELISSA CAMARGO NAVARRO
Secretária

Acionistas:

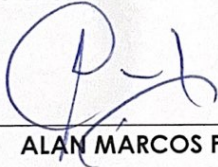


NYC BANK S/A
Por Alan Marcos Fratti
Diretor Presidente



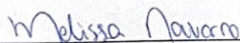
NYC COBRANÇAS LTDA.
Por Alan Marcos Fratti
Administrador

Diretor eleito:



ALAN MARCOS FRATTI

Visto da Advogada:



Melissa Camargo Navarro
OAB/SP 410.924



DUCESP
01 04 24

Anexo I

**ESTATUTO SOCIAL DA
NYC SECURITIZADORA S.A.**

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

CLÁUSULA UM: A **NYC SECURITIZADORA S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto, pelas disposições legais e regulamentos que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas").

CLÁUSULA DOIS: A Companhia tem sua sede social na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Alameda Terracota, nº 185, Conj. 1014, sala B, Bairro Cerâmica, CEP 09531-190, podendo criar e extinguir filiais, escritórios e representações em qualquer parte do território nacional, ou no exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral ou da Diretoria.

CLÁUSULA TRÊS: A Companhia tem por objeto social:

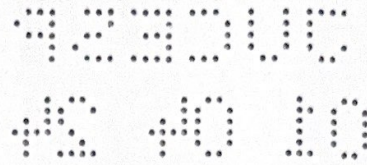
- a) Aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços que sejam passíveis de securitização
- b) Aquisição e securitização de títulos de crédito, direitos creditórios, títulos cambiais, outras formas de recebíveis e demais ativos empresariais;
- c) Distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão;
- d) Prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros;
- e) Emissão e colocação privada, de valores mobiliários, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios pertinentes ou relativos à securitização de créditos comerciais;
- f) Participar de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no país ou no exterior, respeitando as prescrições legais.

CLÁUSULA QUATRO: O prazo de duração da Companhia será indeterminado.

**CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL**

CLÁUSULA CINCO: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Pm



Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes e espécies de ações.

Parágrafo Terceiro - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia não emitirá certificados de ações.

Parágrafo Sexto - É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS

CLÁUSULA SEIS: A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, de acordo com a legislação aplicável e com as disposições deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão convocadas em primeira convocação com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência à data da assembleia, ou em segunda convocação com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência em relação à data da assembleia.

Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia, e em segunda convocação, independentemente do quórum presente. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem acionistas representando 100% do capital social.

Parágrafo Terceiro - Conforme o disposto no §3º do art. 124 da Lei das Sociedades Anônimas, os Acionistas que representarem 5% (cinco por cento), ou mais, do capital social da Companhia, serão convocados por telegrama ou carta registrada, expedidos com a antecedência prevista na Lei das Sociedades Anônimas.

Pm

DUCESP
01 04 24

Parágrafo Quarto - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por qualquer pessoa designada pelos acionistas representando a maioria do capital social da Companhia presentes na reunião. O presidente da Assembleia Geral nomeará um secretário, que pode ou não ser acionista da Companhia.

CLÁUSULA SETE: Para participar da Assembleia Geral, o acionista, ou seu representante legal, deverá comparecer munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo Único - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

CLÁUSULA OITO: As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto de Acionistas representando a maioria do capital social presente, exceto para deliberações em que sejam exigidos quóruns de aprovação maiores nos termos do presente estatuto ou da Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo Único - As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA NOVE: As Assembleias Gerais da Companhia somente poderão ser realizadas em dias úteis, durante o horário comercial, e serão realizadas na sede da Companhia, exceto se 100% dos acionistas concordarem expressamente datas, horários e locais diversos do disposto nesta cláusula.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

CLÁUSULA DEZ: A Companhia será administrada por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

CLÁUSULA ONZE: A Assembleia Geral determinará a remuneração anual fixa e/ou variável, se aplicável, da Administração da Companhia, a qual será distribuída mediante deliberação da Diretoria.

Seção II Diretoria

RMM



CLÁUSULA DOZE: A Diretoria será composta de no mínimo 1 (um) e no máximo 6 (seis) Diretores, residentes e domiciliados ou não no País, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Único – No caso de eleição de diretor residente no exterior, necessariamente será designado um representante legal residente no País.

CLÁUSULA TREZE: O prazo de gestão dos Diretores será de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores, devidamente eleitos, sejam empossados.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores deverão ser escolhidos de acordo com critérios exclusivamente profissionais, levando-se em conta a sua notória experiência e especialização, afim de que possam cumprir suas atribuições dentro das exigências de mercado e das melhores práticas. Os Diretores tomarão posse mediante assinatura de termo próprio, no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

CLÁUSULA QUATORZE: Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Compete especificamente à Diretoria:

(a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;

(b) elaborar e submeter, anualmente a apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Econômico-financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

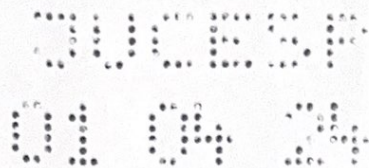
(c) elaborar e propor a Assembleia Geral os planos de negócios operacionais e de investimento da Companhia, incluindo estratégias para implantação de tais negócios;

(d) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;

(e) aprovar a contratação ou promoção de empregados que venham a ocupar cargos com funções gerenciais, ou a sua respectiva demissão; e

(f) aprovar o ajuizamento de ações ou medidas judiciais de natureza tributária ou indenizatória ou daquelas que em razão das consequências ou contingências nela envolvidas, sejam consideradas de grande relevância para a Companhia.

R.M.



Parágrafo Segundo - O uso da denominação social é privativo dos Diretores de acordo com a respectiva competência e os limites e condições fixados neste Estatuto Social, não produzindo nenhum efeito, inclusive perante terceiros, os atos que forem praticados sem observância deste preceito.

CLÁUSULA QUINZE: A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida da seguinte forma: (i) isoladamente pelo Diretor Presidente; ou (ii) pelo Diretor Presidente em conjunto comum procurador. Em casos excepcionais, aprovados pela Assembleia Geral, a Companhia poderá ser representada isoladamente por um Diretor ou procurador com poderes especiais e expressos. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas pelo Diretor Presidente, conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1(um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicium* que poderão ter prazo de validade indeterminado.

Parágrafo Primeiro - Nos atos de mera rotina e simples correspondência os Diretores poderão agir individualmente, dentro de seus deveres, poderes e responsabilidades, como definidos neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - São expressamente vedados quaisquer atos em nome da Companhia em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, devendo a sua investidura no cargo ser formalizada mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio.

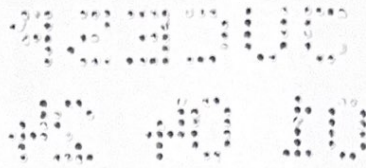
CLÁUSULA DEZESEIS: Compete privativamente ao Diretor Presidente:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) coordenar a atividade da Diretoria de acordo com o melhor interesse da Companhia;
- (iii) baixar atos normativos e decisórios necessários ao funcionamento e a organização interna da Companhia.

CAPÍTULO V Conselho Fiscal

CLÁUSULA DEZESETE: O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro - A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio.



Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder a eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Quarto - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros; a eleição da pessoa que seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração.

CLÁUSULA DEZOITO: Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário, e deliberará sobre as matérias de sua competência.

Parágrafo Primeiro - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - Todas as manifestações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Parágrafo Terceiro - Quanto instalado, o Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes previsto sem lei.

CAPÍTULO VI

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

CLÁUSULA DEZENOVE: O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras que serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. As demonstrações contábeis da Companhia deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

CLÁUSULA VINTE: Observado o disposto no Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

(i) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme alterada;

JUCESP
01 04 24

(ii) os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme alterada;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Único - A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que tratam o §1º do artigo 182 da Lei das Sociedades Anônimas, exceder 30% do capital social, nos termos do §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA VINTE E UM: A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral:

(a) o pagamento de dividendo à conta do lucro apurado em balanço semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas;

(b) a distribuição de dividendos em períodos semestrais ou inferiores, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas;

(c) o pagamento de dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas; e

(d) o pagamento de juros sobre o capital próprio a qualquer tempo, nos termos da lei específica sobre o assunto, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituída sem balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VII Liquidação

CLÁUSULA VINTE E TRES: A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se foro caso, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

P. M.

4230UC
42 40 10

Parágrafo Único - Nos casos de liquidação, os haveres da Companhia serão aplicados no pagamento das obrigações, e o remanescente, se houver distribuído entre os acionistas proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

CAPÍTULO VIII **Disposições Gerais**

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: De forma a assegurar a adoção de boas práticas de governança corporativa, a Companhia: (i) disponibilizará a seus acionistas, quando solicitada, os contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão; e (ii) em caso de abertura de capital, compromete-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure níveis diferenciados de práticas de governança corporativa.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e suas alterações.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: A Companhia e sua administração deverão respeitar e cumprir os acordos de acionistas celebrados de acordo com o art. 118 da Lei das Sociedades Anônimas, devidamente arquivados na sede da Companhia e averbados no livro de registro de ações que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência e regulem as diretrizes e obrigações da administração.

FORO

CLÁUSULA VINTE E SETE: As partes elegem o Foro da Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias decorrentes deste Contrato Social.

São Caetano do Sul, 13 de março de 2024.

Mesa:

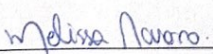


ALAN MARCOS FRATTI
Presidente



MELISSA CAMARGO NAVARRO
Secretária

Visto da Advogada:



Melissa Camargo Navarro
OAB/SP 410.924